

Ata 6



Aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, realizada nas instalações da Junta de Freguesia da Marinha Grande (JFMG) sitas em Rua Marques de Pombal, 92-A. —————Isabel Freitas, presidente do órgão, deu início à sessão, saudando os deputados e público presentes e informando das substituições das diversas bancadas: o deputado Joaquim Manuel de Jesus (+MPM) substituído na sessão pelo deputado Fernando Inácio Almeida (+MPM); a deputada Ana Cristina Fernandes Simões, eleita pelo Partido Socialista (PS) substituída na sessão pelo deputado João Pedro Barros Gomes (PS); a deputada MariaFernanda Mota Esperança Pereira, eleita pela Coligação Democrática Unitária (CDU), substituída na sessão pela deputada Ana Lúcia de Sousa Fortunato (CDU).—————

De seguida, pelas vinte e uma horas e dezassete minutos, a Presidente da Mesa passou de imediato a palavra ao público presente, tendo o freguês Virgílio Gregório dirigido à Presidente da JFMG as seguintes questões: quais as medidas de proteção em caso de incêndio das áreas norte e nascente da freguesia, considerando “uma atitude muito grave” não ser considerado no combate aos incêndios o tanque existente no lugar de Albergaria; sublinhou a necessidade de desenvolver ações de sensibilização para lá das redes sociais apelando a comportamentos mais cívicos por parte das populações nomeadamente no que respeita à colocação de lixos junto a contentores e noutras zonas da via pública não destinadas a este fim; fez referência à sarjeta sistematicamente entupida junto ao semáforo de Albergaria que, segundo ele, “por duas vezes limpei aquele lixo e pus em monte, inclusivamente pus um pau para sinalizar aquilo”, razão pela qual o observou com “espanto(...) cinco funcionários da Junta de Freguesia a tirar o lixo quando eu sozinho, se tivesse aquele serviço, metia aquilo em dois sacos”, acrescentando sobre esta gestão dos recursos humanos da Freguesia um mau exemplo tendo em conta os “muitos trabalhos por aí que precisam ser feitos”; afirmou também que “os serviços, na minha maneira de ver, não estão a ser geridos nem a ter o acompanhamento” devido, questionando sobre se “um trabalhador dos serviços da rua, ao final do dia, é contabilizado o tempo dele laboral?” por considerar inapropriada “meia hora para despegar, meia hora para começar, um quarto de hora vinte minutos para lanchar (...) penso que estes tempos têm de ser controlados”; referiu a existência de caminhos deteriorados pelos madeireiros que, no seu entendimento, a Junta tem de começar a exigir a sua conservação”; finalmente no que concerne a aquisição de novo edifício pela JFMG, questionou se “foi feita ao



proprietário uma proposta sem vir primeiro a saber-se o valor que era pedido?” e “na finalização da obra qual é o valor da aquisição e depois o valor do conjunto no final?”. Face às questões formuladas pelo freguês, pronunciou-se a Presidente da JFMG, afirmando o seguinte: “nós já reunimos, penso que quase todos estes pontos já terão sido esclarecidos. Da próxima vez não vale a pena vir reunir comigo se é para falarmos duas vezes as mesmas coisas”. Ainda assim, esclareceu todos os presentes sobre as questões levantadas: “o tanque de Albergaria não será requalificado por decisão do Centro Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Leiria” segundo ela devido a dificuldades no acesso de avionetas e helicópteros e por acarretar riscos para o pessoal que executa estes serviços tendo em conta a proximidade de um cabo de alta tensão. Mais informou que a proposta atualmente em análise passa por outras localizações nomeadamente junto do campo do Grupo Desportivo “Os Vidreiros” e no lugar do Pilado; relativamente aos lixos, concorda que “há um problema de civismo”, tendo em conta que, por norma, “no máximo em quarenta e oito horas fazemos a recolha dos lixos”, acrescentado que, conforme sugerido pelo freguês, “podemos pensar em distribuir umpanfleto com essa informação”; prosseguiu fazendo referência aos cinco funcionários da JFMG mencionados pelo Sr. Virgílio Gregório que, de acordo com ela “foram distribuir lixos, monos e coisas assim à Valorlis e eu disse-lhes que no regresso levassem aquilo” referindo-se à passagem dos mesmos por Albergaria; ainda sobre os trabalhadores da JFMG e o acompanhamento dos mesmos afirmou, “lamento se não estamos a conseguir fazer melhor. Tudo o que temos feito desde que entramos neste mandato foi falar com eles sobre os horários, penso que as coisas melhoraram significativamente e portanto não consigo andar atrás dos dezanove trabalhadores da rua ou então não faço o meu trabalho (...) não podemos nem temos tempo para ser polícias embora cada vez que nós vamos falar com eles, e são muitas vezes, acredite - fazemos sempre referência a isso: cuidado com os horários, não vão para os cafés, não ultrapassem as horas, não precisam de 30 minutos para sair do local de trabalho”; relativamente aos caminhos danificados pelos madeireiros informou tratar-se de uma questão que está a ser tratada a nível nacional, em análise pela Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE). Segundo ela, atualmente não está nada previsto na Lei que obrigue os madeireiros a reparar o que possam ter danificado; finalmente, quanto às questões formuladas sobre a aquisição de edifício para a sede Freguesia lembrou que o assunto foi abordado nas assembleias anteriores afirmando “foi apresentada aqui a proposta, foi mostrada a avaliação externa que foi contratada para ver o que possa ser necessário para a requalificação do edifício”, justificando assim considerar que “não será o momento



para voltar a discutir isso”, muito embora tenha manifestado a sua disponibilidade para agendar uma data com o freguês para apresentação do projeto atual. -----

Pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, a presidente da Mesa deu por concluído o período destinado à intervenção do público e prosseguiu a sessão de acordo com a ordem de trabalhos estabelecida. -----

Análise, discussão e aprovação do “Protocolo Edifício Sede da Junta de Freguesia da Marinha Grande: Acordo Revogatório. -----

Para breve apresentação do documento em apreço, a Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra à Presidente da JFMG, tendo esta afirmado que “na penúltima Assembleia já se tinha decidido que, a haver requalificação do edifício, esta não será nos moldes para o qual o protocolo está contemplado com aquele projeto e por isso a Câmara pediu o reembolso do valor, ou seja, revogamos este protocolo e depois, quando se entender requalificar o edifício, com um novo projeto, aí sim, será encontrado um novo protocolo”. Mais informou que “este protocolo estava válido até ao ano 2023 mas uma vez que já foi decidido que a requalificação não era de acordo com o protocolo será de revogar este protocolo e devolver o valor à Câmara Municipal da Marinha Grande (CMMG), sendo que a proposta é atribuir o mesmo valor para a compra do novo edifício”. -----

Sobre este ponto solicitou a palavra o deputado Manuel Pereira (CDU) cuja intervenção, a pedido do próprio, aqui se dá por integralmente reproduzida nos anexos da presente ata. Face às questões por ele formuladas, pronunciou-se a Presidente da JFMG prestando os seguintes esclarecimentos: “aquilo que está aqui em discussão nesta Assembleia é a revogação do protocolo e a aprovação de um novo protocolo para adquirir [o novo edifício] e não para as obras”; quanto ao “orçamento estimado para a requalificação do edifício de acordo com as necessidades indicadas para os serviços da Junta de Freguesia já foi apresentado na outra Assembleia, portanto isso para mim está claro, nem tenho aqui os papéis porque não faria sentido para os dois pontos desta Assembleia”. -----

Por sua vez, o deputado Manuel Pereira (CDU) afirmou: “coloquei uma questão porque me parece pertinente: Adquirir um edifício e depois não haver garantia de que se consegue financiar as obras que o edifício necessita - e que penso que não serão de baixo valor, então passamos a ter dois edifícios e nenhum deles com as devidas condições”. Na sequência, lembrou ainda ter votado favoravelmente a aquisição do novo edifício e afirmou “orçamento eu sei que existe, eu referia-me a garantias sobre o financiamento das obras necessárias”. -----

De seguida, teve a palavra o deputado Carlos Carvalho (PS) afirmando que “a

Aut.

bancada do PS tem a mesma dúvida [referindo-se à questão formulada anteriormente pelo deputado Manuel Pereira] mas acreditamos que o Executivo tem todo o interesse em fazer a obra e que estará a preparar-se para isso". E prosseguiu reforçando a preocupação da bancada do PS com o processo em curso, concluindo a sua intervenção da seguinte forma: "devolve-se o dinheiro, compra-se um edifício, mas fica-se com dois edifícios e nenhum projeto (...) eu imagino que a Câmara Municipal não possa fazer um protocolo sem que exista um projeto mas imagino também que o Executivo tenha todo o interesse em ter projeto e protocolo portanto vamos esperar para ver".

Face ao exposto, a Presidente da JFMG lembrou que o montante que havia em caixa para a requalificação do edifício atual continua a estar disponível. Segundo ela, "este dinheiro que se vai devolver é o dinheiro que a Câmara Municipal tinha dado à Junta de Freguesia mas a Junta teve de angariar dinheiro até lançar o concurso e esse dinheiro continua a prazo tal e qual como estava. Temos sempre esse fundo de manuseio para arrancar com a obra" muito embora tenha admitido que esse valor possa não cobrir "a totalidade das necessidades". Nesse sentido, informou que a partir de novembro, sairá um Decreto-Lei a dizer que as Juntas de Freguesia podem começar a endividar-se de acordo com o mandato, ou seja, atualmente podem endividar-se apenas para o ano civil e a partir de novembro vão poder endividar-se para o mandato". Para além disso, listou algumas possibilidades de candidaturas a programas de apoio/financiamento para intervenções desta natureza e afirmou acreditar que haverá abertura da parte do Município para apoiar a JFMG no processo de requalificação do edifício.

Por não terem sido solicitados esclarecimentos adicionais sobre o ponto nem registado qualquer outro pedido para uso da palavra, a Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o "Protocolo Edifício Sede da Junta de Freguesia da Marinha Grande: Acordo Revogatório" tendo este sido aprovado por maioria com 1 abstenção e 18 votos a favor.

Análise, discussão e aprovação do "Protocolo Apoio à Aquisição de Prédio Urbano para Instalação de Sede e Serviços da Freguesia da Marinha Grande";

Breve apresentação do documento em apreço, a Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra à Presidente da JFMG, tendo esta afirmado que o protocolo em apreço diz respeito ao apoio financeiro canalizado pelo Município para aquisição do edifício no valor de trezentos e vinte e dois mil euros, lembrando que este "só produzirá efeitos após aprovação em Assembleia Municipal e após termos devolvido o dinheiro [referente ao protocolo revogado no ponto anterior]". Segundo ela, trata-se de uma

“ajuda para não descapitalizar o cofre da Junta porque é quase a totalidade do valor do edifício [a adquirir pela JFMG]”. _____

Por não terem sido solicitados esclarecimento adicionais sobre o ponto nem registado qualquer outro pedido para uso da palavra, a Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o “Protocolo Apoio à Aquisição de Prédio Urbano para Instalação de Sede e Serviços da Freguesia da Marinha Grande” tendo este sido aprovado por maioria com 1 abstenção e 18 votos a favor. _____

Por nada mais haver a tratar, a presidente da Assembleia de Freguesia deu por concluídos ostrabalhos, pelas vinte e duas horas e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada pelos membros da Mesa.

A Presidente da Assembleia de Freguesia

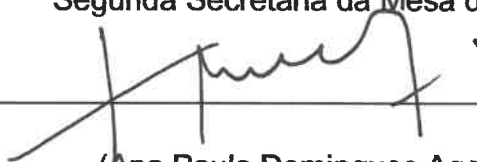


(Isabel Maria Gonçalves Rodrigues Pereira de Freitas)

Primeira Secretária da Mesa da Assembleia

(Diana Margarida Pinheiro Gregório)

Segunda Secretária da Mesa da Assembleia



(Ana Paula Domingues Agostinho André)